ENTREVISTA Antonio Carlos Tramm, presidente da Junta Comercial da Bahia

NÃO HAVERÁ MAIS A TRAMITAÇÃO DE PAPEL

JOYCE DE SOUZA

Os avanços obtidos nos últimos anos na Bahia nos processos de registro comercial, como abertura de empresas, são o tema da entrevista exclusiva com o presidente da Junta Comercial da Bahia (Juceb-BA), Antonio Carlos Tramm. A alta tecnologia, aliada à padronização de procedimentos por meio de rede única para as três esferas de governo (Redesim), virou uma grande aliada nos negócios no mundo de hoje e, na Bahia, não tem sido diferente, já alcançando até os municípios menores.

Margarida Neide / Ag. A Tarde / 18.09.2017

Não podemos vislumbrar o futuro sem olharmos o passado. Nos preocupamos em restaurar os documentos

De cada dez empresas, apenas quatro sobrevivem depois de cinco anos de atividade

A Junta Comercial da Bahia é, sem dúvida, uma das mais movimentadas do Brasil

O que mudou na rotina da Junta Comercial com a Redesim e como está a situação da Bahia nessa área?

O Projeto Redesim é um projeto do governo federal ao qual a Bahia aderiu, em 2011, e que visa à integração de todos os entes - municipais, estaduais e federais - envolvidos no processo de registro de empresas, em um só sistema informatizado, de forma que o usuário não precise abrir um processo em cada um dos órgãos. A coordenação desse projeto ficou a cargo das juntas comerciais dos estados, que implantam esse sistema integrado nos municípios. Em 2015, 44 municípios baianos estavam integrados à rede. Hoje, já conveniamos com 113 municípios, sendo 68 integrantes dos 100 maiores Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Ainda em 2015, lançamos mais quatro outros projetos de modernização do registro de empresas que, juntos, otimizaram e potencializaram as ações do Projeto Redesim: o Projeto Juceb Online, que tem o objetivo de informatizar o processo do registro de empresas para reduzir o tempo de abertura de empresas; o Projeto Juceb em Dados, que visa oferecer informações estatísticas personalizadas sobre localização, atividade, natureza jurídica e enquadramento de empresas na Bahia; o Projeto Juceb Qualidade, cuja finalidade é fornecer informações de fácil acesso sobre o registro mercantil e promover o atendimento de qualidade ao público; e o projeto Juceb Memória, que pretende viabilizar o acesso do público a documentos históricos do registro de empresas que estão sendo restaurados e, posteriormente, acessíveis ao público, principalmente a pesquisadores, através da sua digitalização.

Como tem sido feito o trabalho para ampliar a parceria com as prefeituras, que muitas vezes não contam com a mínima infraestrutura?

Quando o projeto Redesim foi iniciado, ainda em 2011, a responsabilidade de fazer a prospecção das prefeituras e sensibilizá-las era das juntas comerciais. Com o tempo e a baixa adesão das prefeituras ao projeto, verificou-se que as juntas não teriam fôlego para cumprir essa etapa, uma vez que seus funcionários eram habilitados apenas para realizar os serviços de registro. Com isso, o governo federal firmou parceria com o Sebrae, em nível nacional, para que contratasse consultores especializados que pudessem fazer essa prospecção e sensibilização. Depois, há a capacitação pela Juceb para operação do sistema integrado, que é implantado e monitorado também pelas juntas.

E em relação à prefeitura de Salvador? Por que demorou tanto para se firmar o convênio da Redesim?

Firmamos convênio com a prefeitura de Salvador em novembro de 2015, mas somente em agosto deste ano é que conseguimos implantar o sistema. Hoje, a prefeitura já está plenamente integrada à Redesim.

Quais os dados atuais sobre a abertura e fechamento de empresas na Bahia?

Até 30 de setembro, foram abertas 19.587 empresas. Desse total, 41,7% são empresas de prestação de serviços, seguidas pelo setor de comércio varejista, responsável por 36% das empresas abertas nesse período. O comércio atacadista respondeu por 5,3% das novas empresas, seguido pelos setores da construção civil (4%); indústria de transformação (3,97%) e transportes (3,9%). Em contrapartida, 13.627 empresas foram extintas nesse período. O comércio varejista respondeu por 48,6%, com 6.634 empresas fechadas esse ano. O setor de serviço vem na sequência, com 35% das empresas fechadas. Em 2016, tivemos o registro de abertura de 18.144 empresas e a extinção de 12.371, no mesmo período. Se compararmos os números, vamos perceber um crescimento de 7,4% no número de empresas abertas, até o momento. Entretanto, essa análise deve ser feita quando tivermos os contabilizados os números do ano todo. Os três últimos meses do ano, por exemplo, tradicionalmente, registram o maior número de fechamentos de empresas. Mas, considerando a movimentação geral de todos os atos de registro, percebemos um volume maior de negócios realizados.

Diante do quadro de desemprego, aumenta o número de empreendedor por necessidade, mas nem todos conseguem sobreviver no mercado. Com a experiência de quem acompanha a dinâmica das empresas, quais as suas recomendações nesse sentido?

Não sou um especialista, mas como observador do registro empresarial, percebo o que as pesquisas de demografia de empresas do IBGE confirmam. De cada dez empresas, apenas quatro sobrevivem após cinco anos de atividade. Depois de um ano de funcionamento, mais de 20% das empresas encerram suas atividades. Isso nos leva a deduzir que o empreendedorismo no Brasil carece de grandes investimentos, sobretudo na área de planejamento e informação.

Que outros registros mercantis são feitos na Juceb, além da abertura da empresa? Quais os mais solicitados? Como estamos na demanda desses serviços em relação a outros estados? Nossa Juceb é uma das mais movimentadas?

No que se refere ao registro empresarial, a Juceb é responsável pelo registro de todos os atos de abertura, legalização e extinção de empresas. Portanto, além dos atos de abrir e extinguir empresas, somos responsáveis pelo registro de atas de assembleias, mudança societária e de endereço e por outra infinidade de alterações. Só para você ter ideia do volume de processos, a nossa tabela de serviços dispõe de mais de 300 itens. Além disso, somos responsáveis também pela seleção e cadastramento dos chamados agentes auxiliares do comércio, que são os tradutores e intérpretes comerciais e os leiloeiros. Em 2016, a Juceb protocolou 136.054 processos e 72.113 solicitações de certidões, autenticação de livros contábeis e pesquisa de nome, totalizando o arquivamento de 208.167 atos. Nas atividades relacionadas aos agentes auxiliares do comércio, a Juceb realizou 752 atendimentos, entre matrículas, solicitação de serviços e informações cadastrais. O volume de atos arquivados foi 0,5% maior em relação ao ano anterior, apesar do número de autenticações de livros contábeis ter decrescido em função das novas regras estabelecidas pela Receita Federal. A Junta da Bahia é, sem dúvida, uma das mais movimentadas do Brasil

Quais avanços já obtidos e metas previstas pelo programa Juceb Online?

Como já mencionado, o Projeto Juceb Online tem o objetivo de informatizar o processo de registro com vistas a reduzir o tempo e abertura, legalização e extinção de empresas, além de oferecer mais comodidade e segurança ao usuário. O projeto está sendo implantada por etapas. Já implantamos as sete primeiras, que culminaram na adoção do sistema Via Única. Através desse sistema, o registro é realizado através da apresentação de uma única via da documentação. Antes eram necessárias três vias. Além disso, o usuário só precisa se deslocar uma única vez a um dos pontos de atendimento da Juceb, porque agora o ato registrado é encaminhado por e-mail, ou seja, o usuário recebe o seu registro através do e-mail que ele cadastrar no ato de entrega dos documentos. Para chegar a esse nível, foi necessário mudar a tramitação interna de documentos que passaram a ser analisados através de sistemas. Para a desmaterialização completa do processo, faltam apenas duas etapas. Uma delas é a tramitação digital completa. A outra é a certificação digital.

No caso da tramitação digital e a certificação, qual o prazo para a implantação e como essas medidas vão melhorar a vida do empresário/empreendedor? Como muda a rotina dos procedimentos, na prática?

A tramitação digital vai permitir a redução do tempo de tramitação dos processos. Ao serem protocolados, os documentos são escaneados e toda a tramitação passa a ser feita via sistema. Essa fase é preparatória para a seguinte, a certificação digital, que possibilitará que o registro seja feito via sistema, sem a necessidade de deslocamento do usuário a um ponto de atendimento da Juceb, desde que ele possua assinatura digital. Ou seja, aqueles que tiverem a sua certificação, poderão dar entrada na documentação através do Portal de Serviços da Juceb e receber o registro do ato por e-mail. Portanto, não haverá mais a tramitação de papel, exceto para aqueles que não possuem assinatura digital. A certificação digital será adotada agora no início do ano.

Um ano após a implantação, o que mudou com a adoção do requerimento universal e da via única? Como funcionava antes?

Mudou-se radicalmente o processo de registro, tanto para o usuário como para os funcionários, que agora têm o suporte de vários sistemas auxiliando o serviço. Desde a etapa da viabilidade, na qual o usuário busca as possibilidades de nome e de localização das empresas, até a Via Única, muita coisa mudou. As certidões, por exemplo, que eram entregues em até cinco dias, hoje as do tipo simplificadas são entregues na mesma hora, via sistema, sem necessidade de deslocamento do usuário até um ponto de atendimento. As demais são entregues em até 48 horas. O tempo de abertura de empresas, cuja média era de oito dias, hoje é de apenas 1,8 dias. Para as empresas de natureza jurídica do tipo Empresário Individual, o registro está saindo no mesmo dia.

Falamos de uma Junta rumo ao futuro, à modernização. E quanto ao passado? Há documentos históricos do acervo da Junta baiana que merecem destaque?

Importante a sua pergunta. Não podemos vislumbrar o futuro sem olharmos o passado. Por isso, nos preocupamos em restaurar os documentos históricos sob a guarda da Juceb. São 188 livros históricos do registro mercantil que estão sendo restaurados pela Fundação Pedro Calmon e que serão colocados à disposição do público, principalmente dos pesquisadores. Existem livros que datam de 1808, que registram o movimento de negócios na Bahia, após a Abertura dos Portos, por exemplo. Outros mostram a evolução da economia baiana, após a chegada da Petrobras. Enfim, há material para boas pesquisas e grandes estudos.

Qual a sua avaliação sobre o cenário econômico brasileiro e, particularmente, o baiano?

Não sou economista, mas como observador da cena econômica, hoje, no nosso estado, diria que a Bahia, diferentemente de vários outros estados da federação, está mantendo um crescimento econômico estável, apesar da crise que o país atravessa. Além do equilíbrio nas contas públicas, destacaria dois projetos que têm sido fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado: o Parque Eólico e o Parque Tecnológico. O primeiro concentra 74 projetos em operação e coloca o estado em segundo maior estado brasileiro em produção de energia eólica, atrás somente do Rio Grande do Norte, com 127 usinas com mais de três milhões de quilowatts de potência instalada. O volume de investimentos que o setor deve injetar no estado, nos próximos anos, considerando apenas os leilões de eólica, é de cerca de R$ 18 bilhões. Além disso, esses projetos são responsáveis pelo investimento de milhões de reais nas economias desses municípios, decorrentes dos contratos de arrendamento com os proprietários das terras em que estão localizados. Desta forma, além de produzir eletricidade e empregos, os parques eólicos contribuem de maneira significativa introduzindo recursos financeiros nas comunidades em que se situam, tornando-se indutores de desenvolvimento. Na outra ponta, encontra-se o Parque Tecnológico, que se coloca como o centro de convergência do sistema estadual de inovação. Este projeto permite que poder público, comunidade acadêmica e o setor empresarial trabalhem de forma integrada e cooperativa, com foco no desenvolvimento de produtos e processos que tenham impactos regionais positivos e relevantes no setor de ciência, tecnologia e inovação. Uma amostra deste desenvolvimento foi a iniciativa da Secretaria de Tecnologia promovendo a Campus Party, que atraiu 80 mil visitantes e atingiu público recorde, com o apoio inclusive do Jornal A TARDE.